

A QUESTÃO INDÍGENA E O PNLD 2024: UMA ANÁLISE E INVESTIGAÇÃO DA
ABORDAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

THE INDIGENOUS QUESTION AND THE PNLD 2024: AN ANALYSIS AND
INVESTIGATION OF THE APPROACH IN GEOGRAPHY TEXTBOOKS

Anderson Vinnycius Lourenço da Silva

Universidade Federal de Alagoas

anderson.lourenco@igdema.ufal.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6532-8602>

David Matheus da Silva Frade

Universidade Federal de Alagoas

david.frade@igdema.ufal.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1699-8429>

RESUMO: Este artigo foi apresentado no IV Seminário Nacional do NUDES, I Seminário Internacional do NUDES: Sociedade, Educação e Direitos Humanos: equidade na diversidade. O Grupo de Trabalho em que o mesmo foi problematizado e socializado foi o GT 5. Raça, gênero e sexualidades na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Raça. Gênero. Sexualidades na Educação.

ABSTRACT: This article was presented at the IV National Seminar of NUDES, I International Seminar of NUDES: Society, Education and Human Rights: equity in diversity. The Working Group in which it was discussed and shared was WG 5. Race, gender and sexualities in education.

KEYWORDS: Race. Gender. Sexualities in Education.

Introdução

O livro didático é uma das ferramentas mais utilizadas em sala de aula para o processo de ensino e aprendizagem, por muitas vezes, o único material disponível ao alcance dos estudantes para contribuir para sua formação, o que claramente mostra que sua presença é fundamental. Pelo livro didático, é possível ir além das teorias quando o mesmo traz imagens, mapas, gráficos, entre outros, para que o aluno possa relacionar a teoria e a prática ao unir o que é ensinado pelo professor e os elementos presentes no livro didático (Printes, 2014).

Dessa forma, é importante que o livro didático de Geografia assuma a responsabilidade de tratar dos diversos assuntos de forma consciente abrangendo todas suas complexidades para a construção de identidades e da própria identidade do aluno (Printes, 2014). A questão indígena, sendo parte dos objetos de estudo da Geografia, deve trazer elementos que tragam a história da existência e resistência indígena no Brasil. A Lei N° 11.645 de 10 de março de 2008 obriga que no currículo das redes de ensino da educação básica seja trabalhada a temática da história e cultura afro-brasileira e indígena. Entretanto, Cigolini e Silva (2020, p. 93) apontam que “Apesar do tema história e cultura indígena na educação apresentarem avanços, grande parte das abordagens ainda são precárias, fazendo com que a ideia sobre povos indígenas seja de indivíduos atrasados”, e é no ambiente escolar que é disseminado visões estereotipadas e a compreensão de forma romantizada e folclórica sobre os povos indígenas, diminuindo todas suas causas e os colocando como empecilhos para o progresso (Printes, 2014). Um dos fatores que contribuem para essa problemática é a ausência da temática em alguns cursos de licenciatura, e quando falado da formação dos professores de Geografia a situação é ainda mais complicada (Cigolini e Silva, 2020).

Neste contexto, em relação a temática indígena, o livro didático de Geografia serve também para que os professores possam organizar suas aulas com base no que é trabalhado pelo livro didático (Kanashiro, 2008), e para isso é necessário a abordagem correta. Entretanto, alguns autores analisaram de forma profunda o modo de como a temática é trabalhada nos livros didáticos de Geografia e encontraram erros medianos e graves, fortalecendo o ensino precário em relação aos indígenas do Brasil, e prejudicando os povos ao disseminar informações errôneas sobre sua história e luta.

Os textos lidos foram de professores de Geografia que investigaram a maneira como está inserido o conteúdo nos livros didáticos de Geografia a respeito dos povos indígenas. Os autores que fizeram essa análise foram: Pedro Bernardes Pinheiro (2016), Adilar Antonio Cigolini (2020), Michelle Correa da Silva (2020), Julia Lobato Pinto de Moura (2022), Maria de Jesus Morais (2022) e Rafaela Biehl Printes (2014).

Para Pinheiro (2016) a coleção analisada não consegue trazer todas as questões fundamentais para compreensão das causas indígenas, além de suprimir e ocultar informações. Os autores Cigolini e Silva (2020), perceberam a falta da discussão sobre as etnias presentes no Brasil, enquanto Moura e Morais (2022) notaram a falta de profundidade ao tratar do processo de colonização e o apagamento do genocídio sofrido pela população indígena. Já Printes (2014), critica veemente as coleções analisadas, definindo as abordagens como insignificantes, insuficientes e omissas.

De forma Geral, as principais falhas encontradas pelos autores foi a falta de informação e discussão sobre os povos indígenas antes da chegada dos colonizadores, a inclusão dos povos indígenas apenas como coadjuvantes do processo histórico, a omissão ou romantização do genocídio sofrido, a visão homogênea e caricata dos povos, a pobreza de informações na atualidade e a falta das discussões locais sobre os conflitos que são deferidos por conta do direito originário ao território.

Com esse preâmbulo, surgiu a inquietação para investigar uma das coleções didáticas de Geografia presente no estado de Alagoas para observar se estas falhas a respeito da questão indígena é presente na coleção e como isso influência na construção do senso crítico dos alunos.

Objetivos

A pesquisa tem como objetivo analisar as potencialidades e as carências da coleção Araribá Conecta de Geografia a respeito de como a questão indígena é abordada. Essa questão foi efetuada após a leitura de textos de autores que discutem a abordagem da temática nos livros didáticos de Geografia. Para além disso, outro objetivo é a discussão a respeito da importância do livro didático para o ensino de Geografia e sua influência sobre a aprendizagem da questão indígena.

Metodologia

Essa pesquisa tem um caráter qualitativo, partindo da análise da importância do livro didático no ensino de Geografia, a compreensão de como a temática indígena é trabalhada nos livros didáticos de Geografia através do olhar de alguns autores, e pôr fim, a análise de uma coleção didática de Geografia que está presente no estado de Alagoas.

A pesquisa foi realizada em duas etapas, primeiramente feito a revisão bibliográfica a fim de entender sobre a importância do livro didático de Geografia no cenário educacional e como a questão indígena está sendo trabalhada nestes livros, e posteriormente a investigação da coleção Araribá Conecta do 7º ano da editora moderna (Dellere, 2024). A coleção faz parte do Programa Nacional do Livro e Material Didático 2024, e a escolha se deu após uma breve análise das coleções aprovadas pelo PNLD 2024 e pela indicação de professores de Geografia da rede pública.

Resultados e discussão

A verificação da coleção Araribá Conecta foi feita através da leitura dos conteúdos e sendo comparada com as observações feitas pelos autores para entender se os mesmos erros são encontrados dentro desta coleção. O 7º ano teve o principal destaque por ser o ano que é trabalhado a questão indígena em alguns dos conteúdos.

A primeira leitura da coleção mostra as potencialidades do livro com um diferencial positivo em relação a temática indígena, buscando mudar um pouco a respeito da compreensão folclórica e discriminatória trazendo textos e discussões pertinentes para a quebra de estereótipos. Vale destacar que a coleção discute sobre o fato de pessoas indígenas viverem nas cidades e todos os desafios encontrados neste processo, e como a visão discriminatória é forte quando há o uso de tecnologia por pessoas indígenas, além disso, a coleção se apresenta preocupada com os conflitos de terra que afetam as comunidades indígenas e que estes estão atrelados

ao contexto histórico. Em comparação com as coleções analisadas pelos outros autores, esta consegue se distanciar de alguns erros clássicos e busca educar os alunos para uma visão menos folclórica.

Nesta primeira análise, a coleção se apresenta diferenciada, se mostrando sem discursos discriminatórios, evidenciando os conflitos, se preocupando com as causas indígenas e trazendo reflexões para a quebra de estereótipos. Porém, na segunda análise da coleção, é revelado algumas contradições na sua própria abordagem, evidenciadas no sentido regional e na descrição do período de colonização, em que não é dada visibilidade para tratar dos povos originários que já existiam nas terras brasileiras, e que com essa chegada muitos povos foram sendo dominados e exterminados.

Entre essas duas falhas, o fato de homogeneizar os povos em apenas algumas regiões do Brasil, principalmente no Norte, foi o mais grave e o mais contraditório, visto que o livro apresenta um gráfico que enfatiza a região Nordeste como a segunda maior na distribuição dos povos indígenas pelo Brasil, mas não foi encontrado nenhuma descrição sobre os indígenas, tanto do passado como no presente, quando o livro tratou especificamente da região Nordeste, valendo ressaltar que a discussão sobre os indígenas foram discutidas na região Norte, Centro Oeste e Sul, mas em nenhum momento dos capítulos dedicados ao Sudeste e ao Nordeste foi discutido a presença indígena nesses espaços. A percepção que fica é de que não existem povos indígenas nestas regiões.

No capítulo dedicado ao Nordeste, na discussão da questão histórica da região no período colonial, o livro menciona que só os povos vindos da África é que foram escravizados e forçados a trabalhar nos engenhos de açúcar, sendo que quando pensamos sobre esse período em relação aos povos indígenas nordestinos a situação é bem grave. Ribeiro diz que no Nordeste “Os grupos que mais se opuseram à invasão foram trucidados, sendo os sobreviventes apressados como escravos para os canaviais da costa ou para reforçar a população das missões religiosas” (2017, p. 57). É uma negligência o livro não aborda sobre o quanto os povos indígenas sofreram neste processo escravocrata na região do Nordeste, e não falar que eles ainda existem e resistem.

Em relação aos conflitos de terra, o livro fala sobre os embates existentes de forma corriqueira na região Norte e no Centro Oeste, um assunto de extrema importância e que precisa ser exposto, porém em relação aos conflitos contra os povos indígenas no Nordeste, o livro não traz absolutamente nenhum dado ou informação, ou seja, o que é transmitido para os alunos é que estes conflitos não existem nesta região. Para alimentar essa ideia, no capítulo sobre a cultura da região, especialmente quando apresentada a discussão do multiculturalismo, em nenhum momento é falado sobre a presença das etnias indígenas.

A coleção tentou criar um olhar mais crítico e reflexivo para acabar com discursos discriminatórios e evidenciar os conflitos que ocorrem, mas infelizmente ela não conseguiu abranger que essa discussão é encontrada em todas as partes do Brasil, limitando-se e se dedicando para discutir o assunto na região Norte e Sul. Dessa forma, os alunos alagoanos que se depararem com essa coleção, vai subentender que não existem povos indígenas próximos a sua espacialidade, e que isso não vai interferir na construção da sua identidade. Não entendendo que no mesmo espaço há a presença e luta dessas comunidades, a educação enfraquece o objetivo da construção do sujeito crítico.

Considerações finais

A Geografia permite explorar todas as diversidades existentes no espaço social, conhecendo e analisando os trâmites para se entender a sociedade e o espaço. Quando é possível comparar e relacionar esses conhecimentos com a realidade vivida, o aprendizado se transforma em um grande agente que possibilita a compreensão da sua identidade e o espaço no qual está inserido.

Porém, em relação aos indígenas no cenário regional, foi percebido a falha, a omissão e insuficiência ao tratar das comunidades da região Nordeste e Sudeste em apenas um gráfico, sem mais nenhuma discussão no decorrer do livro. Ao invés de aproximar os alunos desta realidade, ele os distancia e continua a visão homogênea de que os indígenas são apenas encontrados no meio da floresta

amazônica, e que é imaginário a existência desses povos por todo o território brasileiro.

Dando ênfase de que esta coleção está presente no estado de Alagoas, consequentemente no Nordeste, percebe-se que a presença, existência e resistência no território é invisível, e que os alunos desta espacialidade ao se deparar com esse material didático não obtém informações necessárias para os conhecimentos das causas indígenas e toda sua história, cabendo ao professor ter a habilidade para tratar do assunto, entretanto, o mesmo não tem a formação necessária para conseguir desenvolver todas essas questões, o que acarreta na reprodução caricata e deturpada a respeito dos povos indígenas.

Referências

1. CIGOLINI, A. A; SILVA, M. C. da. A Temática Indígena no Ensino de Geografia: problemas e caminhos. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 82 - 100, jan/ jun. 2020.
2. DELLORE, C. B. **Araribá conecta Geografia: 7º ano**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.
3. KANASHIRO, C. S. **Livro Didático de Geografia - PNLD**, materialidade e uso na sala de aula. 2008. 163 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, 2008.
4. MOURA, J. L. P; MORAIS, M. de J. Presença/ ausência dos povos indígenas nos livros didáticos de Geografia: reflexões sobre uma abordagem intercultural no ensino. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 19, n. 1, p. 242-255, 2023.
5. PINHEIRO, P. B. Discurso Sobre Discriminação em Livros Didáticos de Geografia. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 43 - 56, jan/jun. 2016.
6. PRINTES, R. B. Presença Indígena nos Livros Didáticos de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 4, n. 8, p. 195-220, 2014.

7. RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno**. 7. ed. São Paulo: Global, 2017.